

Dados de desperdício energético são conservadores

Amália Safatle

De São Paulo

A energia mais limpa é a energia poupada, costuma-se dizer. Diante da estimativa de que são desperdiçados pelo menos R\$ 10 bilhões em energia por ano, conclui-se que o País não só joga dinheiro fora, como acumula dívidas para com o meio ambiente.

O bordão deveria ganhar força diante da escalada do preço do barril do petróleo e do chamado "fim da energia barata", com o aquecimento global como pano de fundo. Mas sentado sobre reservas petrolíferas recém-descobertas - das quais mal se conhece o custo e a dificuldade de extração - e disposto a fazer da Amazônia a grande fronteira da geração hidrelétrica, o governo na retórica desenvolvimentista pode achar menos atraente o termo da eficiência energética. Ainda que seja a fórmula mais inteligente de assegurar a oferta de energia para o desenvolvimento, com o menor custo econômico, social e ambiental possível, e em sintonia com a necessidade de reduzir emissões de carbono.

Maria Cecília Amaral, que dirige a Abesco - associação de empresas prestadoras de serviço de eficiência energética, as escos - diz que essa estimativa de desperdício é bem conservadora, uma vez que assume a média de apenas 5% de perda. Para chegar aos R\$ 10 bilhões, esse percentual é calculado sobre o faturamento anual das concessionárias de energia elétrica e da Petrobras, que soma R\$ 230 bilhões, e é arredondado para R\$ 200 bilhões. Fora isso, estudo realizado com indústrias, comércio e setor público mostra que os índices de desperdício chegam a 15%, 30% e 45%, respectivamente. Sem falar no residencial.

As escos têm o papel de apontar para seus clientes onde se dão essas perdas e de promover um gerenciamento energético racional, que leva a uma redução de gastos. A remuneração das escos se dá com o repasse de parte da economia obtida pelo cliente. Há cerca de 80 escos no Brasil. Em geral, trabalham com empresas de porte médio, uma vez que as grandes empresas já possuem departamentos específicos para lidar com essa questão.

Reunidas em um congresso em São Paulo, nos dias 11 e 12 de junho, as escos pleiteiam que a eficiência energética, já vislumbrada no Plano Nacional de Energia e no Plano Decenal, seja alvo de uma política pública consistente, estrutural e não conjuntural. "É o que acontece em países desenvolvidos, especialmente a União Européia", diz a diretora executiva da Abesco.

Uma outra questão é saber o quanto as empresas que ofertam energia têm interesse no aumento da eficiência energética de seus consumidores. Segundo Maria Cecília, pode não parecer, mas é interessante à medida que contribui para a saúde financeira do consumidor, fazendo dele um melhor pagador e ajuda a equalizar a oferta de energia (a sobra de energia destina-se a quem está precisando comprar mais).

Além disso, a eficiência energética abre novos negócios. Começam a tomar forma projetos em que a energia poupada é transformada em créditos de carbono. Na economia da sustentabilidade, muitas vezes menos é mais.

Amália Safatle é jornalista e editora associada da Página 22, revista mensal sobre sustentabilidade, que tem como proposta interligar os fatos econômicos às questões sociais e ambientais.

Fonte: Terra Magazine

15.06.2008